

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Reporta-se às fontes alternativas de energia.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se a respeito da segurança pública.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se aos aposentados pela previdência privada.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Homenageia o governo da presidente Dilma.

### Explicação Pessoal

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Homenageia as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, reiterando aqui novamente o tema fontes alternativas, a matriz energética brasileira, e o contexto carvão mineral.

Na manhã do dia de ontem, quarta-feira, ocorreu uma reunião no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa, encabeçada pelo presidente da Assembleia, Pedro Westphal, e também pelo presidente da comissão, Valdecir de Oliveira. Lá se reuniram vários segmentos do setor produtivo, vários segmentos vinculados à ciência e à tecnologia, à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, ao segmento ambiental, ao próprio comércio, à Fierg, juntamente com representantes do setor produtivo do carvão gaúcho, catarinense e nacional.

Na sequência da tarde, participamos de uma audiência pública também no município de Candiota, promovida pela Câmara de Vereadores, com a participação de deputados estaduais e federais, enaltecendo, fortalecendo as correntes vivas do segmento do setor produtivo do carvão mineral gaúcho, catarinense e paranaense.

Eu, na semana próxima passada, fiz uso da tribuna lamentando a inoperância e a omissão por parte do governo federal e até mesmo do governo do estado de não intensificar na sua linha de planejamento para o país dentro da matriz energética da exclusão praticamente do carvão.

É bem verdade que no Tratado de Copenhague e no Tratado de Kyoto, deputado Serafim Venzon, o Brasil assumiu compromissos de redução do CO<sub>2</sub>,

aliás, vários países o fizeram, mas em momento algum foi pautado em ponto específico de que teria que ser alijado o carvão do processo da matriz energética do país; falava-se da redução do CO2 no contexto geral. É evidente que é um país de dimensão continental, de riquezas minerais muitas delas ainda, talvez mais de 80%, inexploradas por falta de pesquisa, de um planejamento, de orçamento para esse segmento não só na questão mineral, mas de todos os outros minérios,

Nós, em momento algum, por ser um país emergente, um país com perspectiva, com projeção, a exemplo dos países que estão inseridos nos Brics, como a África do Sul, a Índia, a Rússia, a China e o Brasil, não podemos, em hipótese alguma, dispersar e desperdiçar qualquer tipo de fonte de geração de energia, quer seja renovável ou não, e o carvão é o pré-sal catarinense, gaúcho e paranaense, que não precisamos dividir com os demais estados da federação e dá-nos a condição de economia própria, sem depender da variação cambial ou da relação internacional com outros países. E poderá ser produzido o gás para a nossa indústria, o petróleo que a Petrobras importa da Nigéria para fazer o *blend* nacional.

O estudo da própria Petrobras, do técnico-químico Ricardo Falabella, irmão do ator da Globo, diagnosticou em seu relatório que através do carvão é possível produzir 350 mil barris de petróleo por dia. Isso é um terço da matriz energética da Petrobras hoje no país.

Então, por que não adotar uma política para o setor, sendo que essa matéria prima sustentou o país nos momentos de crise, de guerra, de estado de sítio, além dos subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva de valor imensurável, utilizados em espaçonaves, foguetes espaciais, na linha automobilística e náutica, gerando valores, agregação de renda, oportunidade de emprego.

Há o sulfato de amônia que importamos da Rússia para a agroindústria, para a agricultura catarinense e nacional, e poderemos ser autossuficientes, porque esse subproduto está agregado à cadeia do carvão. Agora, há necessidade

urgente de se adotar uma política firme com propósitos específicos, buscando as PPPs, com uma agência reguladora forte, com poder de fisco, mas de fomento, gerando milhares de oportunidades de emprego, e empregos com nível técnico, qualificado e alto valor agregado.

Tecnologias existem em abundância, com redução de CO<sup>2</sup> aos limites de quase 100\$, fundos de pensões, investidores com recursos para investir, mas precisa-se de segurança jurídica para tal. E esse papel quem pode proporcionar é o governo federal. Existe a postergação dos leilões A-5 para produzir energia e jogar no sistema integrado nacional, podendo produzir aqui no sul e vender para o nordeste, o sudeste do país. Mas ficam inertes nesse processo.

O Eike Batista inaugura no mês de março três módulos de aproximadamente 200 megawatts no Ceará, importando carvão da Colômbia. Mas será que somente lá pode e aqui não? Estamos deixando de promover divisas. Como disse, é um pré-sal intacto que possuímos, com 90% das jazidas ainda a serem exploradas, com mais de 32 bilhões de toneladas, podendo gerar energia, combustível querosene, diesel, gasolina, gás, sulfato de amônia.

Na Índia, visualizamos uma usina que gera energia, sulfato de amônia e cinza para a produção de casas populares, e ainda queima o lixo urbano que é um problema crucial, permanente, crescente em todo o mundo.

Eu vejo agora a situação com muita expectativa. Infelizmente, tivemos que passar pelo linear de quase um risco de apagão. Quem sabe se esse jazimento fosse em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais já teriam tomado uma posição, mas é aqui no sul, e talvez não tenhamos uma representatividade política à altura e em número suficiente capaz de mover essa posição do governo federal. Mas vejo o processo com muita expectativa, em função dessa necessidade, porque energia através do carvão é energia firme.

É evidente que precisamos aproveitar as fontes renováveis, como eólica, solar, biomassa, hídrica e tudo mais, mas são fontes limitadas que dependem

das intempéries, da boa vontade de São Pedro, enquanto o carvão é energia firme. Porém, uma mina ou uma usina não se constrói de uma hora para outra, tem as condicionantes ambientais que demandam tempo, mas que precisam produzir em carga mínima, porque no momento em que os reservatórios baixarem ela precisa entrar em operação para garantir, dar segurança jurídica às indústrias nacionais e catarinenses para operar e poder competir no mercado globalizado.

Por essa razão, esse é o apelo que faço desta tribuna em nome de todo o segmento, com a Fiep do Paraná, a Fiesc de Santa Catarina e a Fiergs do Rio Grande do Sul, integradas e irmanadas juntamente com v.exa., deputado Joares Ponticelli, com o presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul e também do Paraná, para que possamos fazer com que a presidente Dilma Rousseff tenha essa consciência, decline dessa posição e solicite ao Ministério de Minas e Energia que crie o grupo de trabalho que proporcione a condição para que possamos competir com igualdade e condições de países desenvolvidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Esta Presidência informa e convida a partir de v.exa., deputado Valmir Comin, que é o coordenador da Frente do Carvão no estado de Santa Catarina, junto com o deputado Valdeci Oliveira, coordenador da Frente no Rio Grande do Sul, com o presidente Pedro Westphalen e com a nossa Assembleia para uma reunião em Brasília, no dia 19 de março, quando teremos a posse do deputado Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul, como novo coordenador nacional da Frente do Carvão.

E naquele dia à tarde as duas Assembleias com as suas comissões, juntamente com representações da Fiesc e Fiergs e de outros órgãos, estarão reunidas para formar essa pauta conjunta em favor da utilização do carvão mineral como fonte de energia.

Parabéns pelo seu trabalho, pela sua ação firme na defesa da utilização do nosso pré-sal, o carvão mineral de Santa Catarina e do sul do Brasil, como fonte energética.

O próximo orador inscrito para falar é o eminente sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente, quero cumprimentar o deputado Valmir Comin pela defesa em prol da nossa energia, o carvão catarinense, eis que precisamos com essas condições quebrar alguns paradigmas e preconceitos ao falarmos de CO<sup>2</sup>.

Lembramos do carvão, achamos que é responsável pela sua emissão de CO<sup>2</sup> e esquecemos, deputado Valmir Comin, que o petróleo que se usa tanto e que o Brasil se orgulha tanto de estar explorando, na verdade, a diferença entre eles é meramente o tempo, pois se deixássemos o carvão mais alguns bilhões de anos, certamente esse carvão de Santa Catarina viraria petróleo. Mas demorará alguns bilhões de anos.

Então, queimar derivados do petróleo ou carvão também produz aproximadamente a mesma quantidade de CO<sup>2</sup>. Além disso, hoje, enterramos o lixo, e o gás que emana dos lixões, principalmente o metano, é o responsável pelas camadas de CO<sup>2</sup> tão importantes quanto os derivados do petróleo e do carvão. E poderíamos aproveitar o lixo transformando em gás ou outros produtos para em vez de inalar o metano para atmosfera, inalasse o CO<sup>2</sup> que é menos prejudicial que o metano.

Quero me referir, sr. presidente, ao dia de ontem, quando a Assembleia Legislativa se mobilizou para instalar todas as comissões, a começar pela de Finanças, em que o deputado Gilmar Knaesel foi eleito pelos pares da comissão. Depois teve eleição para a comissão de Constituição e Justiça, em que o deputado Mauro de Nadal foi eleito presidente. E assim, na sequência, praticamente todas as demais comissões foram e

estão sendo instaladas no dia de hoje, para completar esta semana com todas as comissões instaladas.

Esso foi um movimento grande que a Assembleia Legislativa fez. E devemos isso a todos os líderes, a começar pela Mesa Diretora que fez essa mobilização para que fossem todas as comissões instaladas, para darmos prosseguimento a todos os projetos que abarcarem aqui ou àqueles que iniciarem aqui, na Assembleia Legislativa. Especificamente, também no dia de ontem, na comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente o deputado Narcizo Parisotto inicia a sua convivência novamente nesta Casa, já recuperado com alguns quilos a menos, mas já recuperado.

Seja bem-vindo pelos pares desta Casa. Também os deputados Valmir Comin, Dirce Heiderscheidt, Carlos Chiodini, Volnei Morastoni, Ismael dos Santos e Serafim Venzon.

Ontem elegemos o presidente e o vice-presidente. Sendo para vice-presidente a deputada Dirce Heiderscheidt e o deputado Serafim Venzon como presidente da comissão.

Neste momento, março e abril, é quando todos os brasileiros fazem a declaração do Imposto de Renda. E no ano passado a Receita Federal baixou uma resolução permitindo que os contribuintes, no momento em que fazem a declaração da forma habitual, não pode ser a declaração da forma resumida, simplificada, essa não vale, mas aquela habitual, aquela declaração normal, pode, no ato de fazer a declaração, destinar 3% do valor a ser pago para o FIA municipal ou estadual.

Um grande número de municípios já tem o FIA. Mas se olharmos cidades relativamente grandes, tipo Criciúma, Blumenau, Joinville, Chapecó, vimos que lá dá R\$150 mil R\$200 mil ao ano. Isso não significa nada. Na cidade de Criciúma, se olhássemos os 3% possíveis de serem destinados para o FIA, seguramente passaria de R\$10 milhões 15 milhões que poderiam ser colocados ali. Seria igual em Joinville, Chapecó, cidades grandes, onde tem um grande movimento. E se aproveitássemos

todos esses benefícios da lei, poderiam ser arrecadados grandes valores.

As pessoas apenas destinam aquilo que ia pagar, que é obrigatório pagar, para não sofrerem as imposições da lei, aquilo que vai pagar de Imposto de Renda. Então, 3%, em vez de 100% para o Leão, ou seja, pagam 97% e 3% fica para o FIA. É simples, basta querer. Mas observamos que isso acontece pouco.

No ano passado foi feita essa campanha no estado. E não passou de R\$ 600 mil o total, quando poderiam ser arrecadados muitos milhões. Por que tão pouco? Provavelmente porque as pessoas ainda não conhecem essa legislação, acreditam que ao fazer isso lá na frente, o Leão poderá vir a fazer uma devassa na sua conta e entrar na dita malha fina, ou ainda porque não viram ao seu redor nenhum projeto sendo executado por entidades, por universidades e igrejas, enfim, o que estão fazendo e qual é o destino desse dinheiro.

Então, quem faz a maior propaganda do FIA são os projetos que estão sendo executados, mas se andarmos pela cidade dificilmente enxergaremos isso.

Por isso, neste momento, para as pessoas que acreditam que devemos investir mais na criança e no adolescente, que é possível mudar essa realidade, essa realidade de drogas, essa realidade de abandono, essa realidade da criança que fica só e aprende na rua, fora do banco escolar, quero dizer que poderíamos ocupá-las melhor, garantir-lhes uma educação com mais qualidade. Todos que acreditam nisso poderiam fazer duas coisas: uma é fazer a sua contribuição, que é a forma mais simples, mas as pessoas que têm responsabilidade social maior, tipo clubes de futebol, por que não apresentar um projeto para o FIA estadual, um projeto de esporte, de futebol, de vôlei, daquilo que tiverem facilidade de apresentar? Por que não fazer um projeto de música? Existem muitas alternativas. E à medida que essas entidades fizerem esses projetos e mandarem para cá, vai-se criando uma demanda, uma pressão, para que o governo use já o dinheiro que

está depositado e use o dinheiro que poderá ser arrecadado, através de projetos chancelados.

Projetos chancelados são aqueles em que a pessoa, a entidade, a universidade, a igreja faz um projeto, para as crianças e adolescentes, com esporte, cultura, lazer ou qualificação profissional. As entidades mandam os projetos para a secretaria de Assistência Social, sem necessariamente ter o dinheiro, mas o conselho analisa e, se julgar que é um projeto bom e que está dentro da legislação, dá uma carta, faz uma documentação que essa entidade pode captar esses recursos na sua cidade, nas grandes empresas e com as pessoas que queiram participar. E com isso arrecada-se o recurso na cidade.

Por isso, é importante o envolvimento da sociedade, das entidades. Então, mandem os seus projetos, elaborem os seus projetos, porque isso vai criando uma pressão de tal maneira que o conselho vai aprovar e depois buscar o recurso dentro da sua cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli. Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que estão presentes nesta Casa na manhã desta quinta-feira, pessoas que nos estão acompanhando pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, temos vários assuntos, evidentemente, a tratar neste Parlamento de ordem conjuntural, do dia a dia, como segurança pública, salário e carreira, policiais e bombeiros, saúde pública ou a falta dela, dificuldades na educação ou os auspícios dos servidores do Magistério estadual. Temos que falar e vamos fazer esse debate aqui ao longo de todo o ano, nas próximas semanas e meses.

Tivemos também, ontem, mais uma batida de martelo acerca da construção da alça de contorno viário da BR-101 na região da Grande

Florianópolis. Esse assunto daria um capítulo à parte ou até vários capítulos, porque um conjunto de absurdos sempre em desfavor da sociedade a este parlamentar chega a estarrecer. E interpreto isso como subordinação, talvez conivência dos poderes ou, por que não dizer, de autoridades com relação às empreiteiras e a outros monopólios.

O Morro dos Cavalos é um absurdo, a alça de contorno viário da Grande Florianópolis é um absurdo, a ponte de Laguna também é um absurdo sem tamanho. Creio que se poderia construir aquela obra com 20% do dinheiro que irão gastar, para inventar uma forma de empreiteiras ganharem mais dinheiro.

Parece que dinheiro cresce nas árvores, se gasta mais de propósito, é uma república das empreiteiras, dos bancos e do agronegócio. Mas, como diria, é preciso uma análise mais aprofundada, até para justificar isso que acabei de falar, e pretendemos voltar também a esse assunto.

Mas quero falar ainda hoje do acontecimento tristemente mais importante da América Latina ocorrido esta semana que foi o falecimento de Hugo Chaves, presidente muito eleito pelo povo da Venezuela.

Hugo Chaves representou o reinício, depois de décadas de silêncio compulsivo imposto por ditaduras, da luta pela soberania, pela emancipação popular na América Latina ainda na década de 90. Inclusive os seus detratores, seus opositores não vão reconhecer, mas o seu próprio discurso de hoje, quando se fala em rediscutir a dívida dos estados ou a dívida-geral do estado brasileiro, do estado federal, é para o movimento de ressurgimento da contestação das políticas anteriores instituídas sobre o povo da América Latina aqui no Brasil e em todos os outros países.

Muito se tem a dizer e teria também a dizer a respeito desse assunto da morte de Hugo Chaves, do processo bolivariano na Venezuela, da importância daquele processo que influenciou inclusive o Brasil, os países diversos da América Latina a partir daquele momento.

Para economia de tempo, vou ler uma nota da minha organização política, a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, que está assinada também pela Juventude Comunista Avançando.

O título é o comandante fica e o ianque fora, que na verdade é uma música que eles cantam. O povo de Caracas e das outras cidades da Venezuela canta na rua. "El comandante se queda, el yanqui a fuera." Isso é música popular que a massa do povo canta na Venezuela há 15 anos, especialmente e mais principalmente desde 2002, quando se fez um golpe contra o povo da Venezuela.

Mas passo ler a nota:

"Ao receber a notícia de que havia falecido no país o aguerrido comandante Hugo Rafael Chávez Frías, a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP) e a Juventude Comunista Avançando (JCA) juntou-se a todo o povo latino-americano e do mundo com grande consideração e respeito. Todos aqueles que compreendem dia após dia o caráter anti-humanista de uma sociedade baseada na exploração da vida olharam o horizonte com pesar e deram seu até logo.

O processo pelo qual passava a Venezuela com Chávez à frente demorou para ser compreendido no Brasil. O documentário 'A revolução não será televisionada' - que retratou a manipulação midiática diante da tentativa fracassada de golpe reacionário na Venezuela em 2001 - contribuiu para que os brasileiros tomassem conhecimento de que algo diferente acontecia na Venezuela no começo do século XXI. Poucos sabiam que esse país *hermano* sofreu um golpe porque tinha um presidente a favor de seu povo. Pouco se sabia por que, no Brasil, ensinavam a ficar de costas para a América Latina. Pouco se sabia por que a revolução não era transmitida na televisão, mas sim combatida pela mídia.

Porém, o tempo passou e ninguém mais poderia deixar e saber que algo diferente acontecia na Venezuela. No Brasil, a vontade de se saber mais aumentou com a palestra de Hugo Chávez durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, quando publicamente o Comandante defendeu o socialismo

como alternativa real para a humanidade. Neste dia, os brasileiros se deram conta que Chávez não era um presidente qualquer, mas um homem consciente das profundas mudanças que o mundo necessita.

Pode-se dizer que na Venezuela avançou-se na luta pelo socialismo, porque avançaram as condições dignas de vida de seu povo e, com isso, sua consciência e organização. Avançou a soberania nacional, a luta contra o imperialismo, a solidariedade entre os povos e, sobretudo, avançou a esperança de que sim, é possível lutar pelo socialismo e que o capitalismo implica a destruição da humanidade.

E Chávez? Não foi o único responsável, mas, sim, foi o comandante! E assim o chama o povo venezuelano e seus *hermanos*, porque sabem bem a diferença quando dizem: 'El Comandante se queda, se queda, El ianque a fuera, a fuera (o Comandante fica, fica, o ianque fora, fora). E assim o seguiremos dizendo porque, como dizia Ali Primera, cantor venezuelano: '*Los que mueren por la vida no pueden llamarse muertos y a partir de este momento es prohibido llorarlos.*'

Chávez se foi, mas ficou na consciência e organização de todo o povo venezuelano. Rechaçamos qualquer tentativa de intervenção e desestabilização promovida pelo imperialismo contra a soberania popular neste país. Depositamos nossa sincera confiança na capacidade desse povo e de suas organizações políticas e sociais revolucionárias de seguir avançando na luta pela emancipação humana e contra o imperialismo, a qual não é possível sem a construção do socialismo. Sociedad esta que foi defendida por Chávez por ser a única alternativa viável.

É certo que a chama da vida, a esperança, a dedicação e força do comandante Chávez acompanharão seu povo na Venezuela e servirão de exemplo a todos os povos da nossa grande pátria latino americana. O povo venezuelano, no fim da tarde de terça-feira despediu-se de seu comandante reunindo-se nas ruas de seu país e mantendo acesa a chama da esperança.

Hugo Rafael Chávez Frías, *'hasta la victoria, siempre'!*

CCLCP - Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes  
JCA - Juventude Comunista Avançando. " [sic]  
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra no horário do PSDB, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna diz respeito aos nossos aposentados pela Previdência Privada.

Lembro-me que quando ainda trabalhava na área de recursos humanos da empresa Condor, lá em São Bento do Sul, aquelas pessoas que se aposentavam e retornavam ao trabalho - e que era a grande maioria -, quando paravam de trabalhar, de acordo com a vontade e disposição de cada um, automaticamente era feito um requerimento da contribuição paga durante esse tempo, pós-aposentadoria, e passavam a receber um valor referente a esse período de contribuição corrigido.

Pois bem, ao longo dos anos, o governo decidiu, e não me refiro ao atual governo, mas aos passados, por não devolver mais os recursos advindos desse período de contribuição, pós-aposentadoria. Isso gerou certa polêmica e, finalmente, a Justiça decidiu que os aposentados não teriam direito a receber os valores referentes ao período de contribuição feito pós-aposentadoria.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o trabalhador brasileiro, quando se aposenta, recebe um valor que fica longe daquilo que é necessário para a sobrevivência, na grande

maioria, um salário mínimo, somado ao fato de que ao longo do tempo os valores vão diminuindo, porque cada vez que há um aumento do salário mínimo, as aposentadorias já concedidas ficam defasadas. Há, portanto, a tendência de o valor recebido pelos aposentados, que contribuíram com dois ou três salários mínimos, tornar-se apenas um.

Ora, segundo a lei, o trabalhador deve contribuir durante 30 ou 35 anos, conciliado a sua idade. Por que quando ele volta à ativa, mesmo depois de se aposentar, terá que contribuir novamente e não terá o direito de receber essa contribuição? E até porque a pessoa já pagou o período suficiente para ter direito à aposentadoria e não é justo aos milhares de aposentados brasileiros que voltaram ao trabalho e que estão contribuindo não terem o direito de receber esse valor que pagaram após a aposentadoria.

É por isso que não há vontade de se fazer uma reforma previdenciária à altura do que o país precisa. Tivemos alguns remendos.

Se forem incluídas categorias que não contribuíram para a Previdência, se é insuficiente a receita para aqueles que ainda vão-se aposentar - e a receita que eu digo é o que se paga para a Previdência... E hoje o governo tem que destinar recursos do Tesouro por conta do déficit, e isso não pode ser remetido aos aposentados que já deram a sua contribuição ao longo de sua vida na carreira profissional.

É preciso dar celeridade à reforma da Previdência. Tenho acompanhado algumas manifestações e parece-me que o senador Casildo Maldaner tem trabalhado nessa direção. Espero que não somente o Congresso, mas também o governo federal e a Presidência da República reconheçam que é justo e é de direito que os trabalhadores brasileiros que se aposentaram e que voltaram a trabalhar após a aposentadoria recebam esses valores quando, definitivamente, pararem de trabalhar, porque senão estarão contribuindo injustamente em função de uma política do governo

federal - e volto a repetir que isso não é de hoje, que já vem acontecendo ao longo dos anos e de algum modo prejudicando aqueles que contribuíram para diminuir o déficit da Previdência -, por conta de uma reforma necessária e urgente que o Brasil precisa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje trago dois assuntos relacionados à segurança. Um deles penso ser de grande importância para a segurança do estado de Santa Catarina, que é a assinatura da ordem de serviço, no último dia 26, para a construção do Case, que seria o antigo São Lucas que abrigava menores infratores e que foi demolido.

Vejo aqui o jornalista Roberto Salum, que sabe o quanto traz de dificuldade para a segurança pública a falta de local para colocar esses menores infratores, alguns já com crimes de gravidade, violentos. E essa falta de local traz um prejuízo muito grande para a população, para a segurança pública e para a sociedade catarinense.

Então, a ordem de serviço foi dada e a empresa ganhadora já colocou as máquinas no local trabalhando.

Segundo a secretaria da Justiça houve grandes dificuldades, eis que tinha que ajustar o projeto inicial elaborado às novas leis de diretrizes que institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo.

Então, segundo a secretaria da Justiça essa obra vai inclusive receber o apoio de aporte financeiro do governo federal. O prazo para a conclusão é de 12 meses. Esse caso terá 98 vagas, sendo 70 para adolescentes sentenciados, 20 para internações provisórias, que prevê um período

máximo de 05 dias e 08 para convivência protetora para os adolescentes que estão sendo ameaçados e que precisam de um local diferenciado, de um local separado.

Então, vejo como importante essa obra, esse projeto, até porque estamos quase dois anos com o São Lucas desativado e causando sérias dificuldades para a atuação da Justiça, da Polícia e prejuízo à sociedade. Então, é mais uma obra, e sabemos que o governador Raimundo Colombo tem dado as condições e que o secretário tem por obrigação fazer com que esses projetos tenham agilidade, rapidez, para bem atender à população catarinense.

Nós tivemos um estudo do professor Luiz Flávio Saporì, coordenador do Centro de Pesquisa e Segurança Pública da Universidade Católica de Minas Gerais, que diz o seguinte: "Pobreza e aumento de assassinatos estão dissociados". E estão mesmo. E essa desculpa de dizer que esse aumento da criminalidade é pela pobreza é um factóide que se criou. Se fosse assim, nascer neste país numa situação desfavorável implicaria automaticamente em ter tendência à criminalidade. Isso é um absurdo, é um abuso. Nós temos pessoas em grandes dificuldades sociais enfrentando problemas de pobreza, de estudo, de educação, de saúde e com uma personalidade tranquila, perfeita, voltada para o bem e querendo o bem das pessoas.

(Passa a ler.)

"O combate à pobreza não assegura a redução da violência nem a da taxa de homicídio no Brasil, conforme informação do estudo Avanço no Socioeconômico(...)

Para Saporì, é fundamental as autoridades observarem três fatores que levam à violência e que não têm relação direta com a pobreza. 'É preciso desfazer esse senso comum e que combatendo a pobreza quase que de maneira imediata será possível reduzir a violência e a taxa de homicídios no país', destacou o pesquisador da Agência Brasil.

'Não é assim que funciona', acrescentou. 'A consolidação das nossas instituições democráticas e de uma efetiva justiça social dependem da nossa

capacidade de controlar a criminalidade que vitimiza amplos segmentos da população, em especial os mais pobres.”[sic]

Os mais pobres são vítimas, não são responsáveis pela criminalidade.

(Continua lendo.)

“Os fatores que contribuem para o aumento da violência e, conseqüentemente para a elevação da taxa de homicídios, mencionados na pesquisa de Saponi, são a consolidação do tráfico de drogas, principalmente o consumo de drogas e os níveis elevados de impunidade.” [sic]

Eu tenho dito muito nesta tribuna que o grande problema da criminalidade neste país é a impunidade. É a certeza da prática de delitos sem que a pessoa venha a responder, sem que venha ser responsabilizado.

O que precisamos fazer? Precisamos combater a criminalidade, combater o tráfico de drogas, prevenir e proteger aqueles que já são vítimas desse processo, ou seja, os usuários e suas famílias. Daí vão, sim, conseguir reduzir a criminalidade. Não adianta dizer que criminalidade é um problema social. Criminalidade é um problema de impunidade nesse país, é um problema do avanço do tráfico de drogas. Isso é o que temos que combater para reduzir a criminalidade.

Nós tivemos um aumento do número de homicídios, de 21 homicídios para cada 100 mil habitantes para 31 homicídios para cada 100 mil habitantes. A taxa é considerada elevada e pode ser comparadas a alguns países africanos, apontados como os mais violentos do mundo. Assim sendo, em termos de criminalidade, infelizmente, ficamos ao nível de países africanos, onde a violência e as disputas tribais são violentas e às vezes, lá, até normal.

Então, precisamos, sim, fazer o trabalho social, investir na educação, preparar os nossos jovens, mudar e melhorar a cara neste país, mas para combater a criminalidade, para proteger a nossa sociedade, precisamos de uma legislação forte que torne a nossa Justiça eficiente, competente e que a marginalidade saiba que, se

efetivamente praticou delitos, vai responder. Hoje a sociedade é que está prisioneira e que acaba pagando a conta das questões da criminalidade.

Então, pobreza não tem nenhuma associação com criminalidade, aponta esse estudo do professor, estudo este que vai se transformar num livro. O que é importante para que não se fique achando desculpas para não se mudar a legislação e não se investir em segurança pública.

Agora, para finalizar, quero fazer dois registros.

Nós teremos nesse fim de semana o 15º Motocão, encontro de motociclistas do estado de Santa Catarina, um dos maiores da América do Sul, que acontecerá em São Miguel d'Oeste, reunindo aproximadamente dois mil motociclistas de outros estado e de outros países, com motos incrementadas e sofisticadas, reunindo aproximadamente 50 mil pessoas na sexta, sábado e domingo. O deputado Manoel Mota que sempre fala da região sul, do encontro de caminhões, sabe o quanto é importante para a região esse tipo de evento.

Não poderia deixar passar esse momento sem fazer uma homenagem, pois amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Quero fazer esse registro nesse momento homenageando minha mãe, dona Juventina, que merece todo o meu reconhecimento pela mãe e mulher que foi em toda a vida. Ela mora em São José.

Quero homenagear a prefeita Adeliana Dal Pont pelo trabalho que vem fazendo nesses primeiros meses à frente da prefeitura do município de São José.

Registro também o encontro que ela fez junto à Aemflo e à CDL, apresentando as prioridades, os projetos, a forma sensível, mas firme, de administrar aquele município, firme no combate aos gastos excessivos, ao enxugamento das secretarias, às prioridades que estabeleceu na área da educação, na área da saúde, procurando inclusive estender à creche, o atendimento às crianças menores, para facilitar que os pais que tenham dificuldades tenham um local de apoio.

Nesses primeiros meses, destaco com grande orgulho o trabalho da prefeita Adeliana Dal Ponte, do município de São José, que como nos seus quase dez anos de experiência na secretaria da Saúde fez uma revolução com ações importantes, voltadas para as pessoas, fato que foi preponderante para que fosse eleita prefeita com aquela expressiva votação. Com certeza essa mesma visão responsável, mas com carinho e com seriedade, vai fazer com que ela se torne uma das grandes prefeitas do nosso estado.

Gostaria de parabenizar a todas as mulheres na pessoa da prefeita Adeliana Dal Ponte.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, sr. deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Registro com muita satisfação a presença de representantes da Câmara de Vereadores de Xanxerê, o vereador Adriano e o vereador Wilson, que estão aqui presentes, em compromissos na capital do estado, em diversas audiências e também prestigiando a nossa sessão e visitando este Poder.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Esta Presidência registra e agradece a presença dos ilustres representantes do município de Xanxerê.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Bom-dia aos senhores parlamentares.

Muito bem-vindos a esta Casa os vereadores de Xanxerê, o Adriano e o Wilson.

Cumprimentamos aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital.

Ouvindo atentamente os pronunciamentos de diversos parlamentares, chamou-me a atenção, também, o pronunciamento do deputado Serafim Venzon, onde faz uma menção da contribuição, da distribuição a esse apelo que ele faz para que as pessoas possam fazer a sua destinação de um percentual dos recursos para o Fundo da Infância e Adolescência, que tem a missão de fazer programas de políticas públicas para defender a nossa criança e o nosso adolescente, principalmente da marginalidade.

Mas não é só a isso que precisamos estar atentos; nós precisamos estar atentos, também, e amanhã comemoramos o dia 08 de março, à questão das mulheres.

Para mudar o nosso mundo, primeiro, temos que mudar o mundo das mulheres, porque são as mulheres as detentoras da educação, do cuidado, do zelo da nossa criança e adolescente. E não temos boas expectativas para o mundo das mulheres.

Vou me ater a dois temas, sr. presidente. Um é esse que vou falar no segundo tempo, mas no primeiro vou também enaltecer ao trabalho de uma grande mulher, a presidente Dilma Rousseff, que tem feito um belíssimo governo para o nosso país e que no dia de ontem, mais uma vez, com a sua diplomacia, com a sua forma de governar diferenciada, democrática, não olhando partidos políticos, fez a divisão certa, correta, de bons projetos para vários municípios do nosso Brasil.

Ontem ela esteve reunida com os prefeitos de toda nossa federação, prefeitos e governadores no Palácio do Planalto.

E a nossa presidente ressaltou a importância do trabalho conjunto entre as diferentes esferas do governo municipal, estadual e também federal, para atender às novas demandas dos brasileiros, principalmente dos que deixaram a pobreza extrema na última década do governo do presidente Lula e nesses dois anos de governo da nossa presidente Dilma Rousseff.

Durante a reunião, srs. parlamentares, a presidente anunciou, e ontem mesmo já falava sobre isso, mas vale a pena ressaltar, porque hoje vou falar dos recursos oriundos do governo federal para os municípios catarinenses, recursos de R\$ 33 bilhões para os estados e municípios, com projetos na área de mobilidade urbana, na área de saneamento básico, selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração e Crescimento.

Falava ela para prefeitos e governadores: "É uma reunião extremamente importante, porque nela estamos discutindo as questões mais importantes do nosso país, do nosso Brasil.

Nós temos uma função em comum para o desenvolvimento do país, que é a garantia de mais condições para o povo brasileiro e mais oportunidades para ele.(...) Nós estamos mudando o patamar de reivindicação do nosso povo," afirmou a presidenta Dilma Rousseff. "Para alguém ser portador de cidadania numa sociedade moderna não basta somente a renda, não basta somente o emprego, precisa de serviços de qualidade para o nosso povo."

Falando isso, ela começou a detalhar também as novas obras do Programa de Aceleração e Crescimento, PAC 2, para o estado de Santa Catarina.

Faço aqui uma menção aos municípios que ontem tiveram essa boa nova, esse recurso já liberado para a implementação das obras.

Na capital do nosso estado, Florianópolis, o prefeito Cesar Souza Junior está todo feliz porque vai ganhar um grande montante de recursos para as seguintes ações:

Mobilidade urbana - implantação do anel viário para o corredor de transporte público coletivo e telegráfico na ordem de R\$ 142,3 milhões. É muito recurso;

Esgoto e abastecimento de água - ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na região norte de Florianópolis, sistema integrado na ordem de R\$ 235,8 milhões. Espero que não privatize como aconteceu lá em Blumenau, pois o prefeito João

Paulo Kleinübing teve que devolver o dinheiro, uma vergonha para a nossa cidade;

Ampliação do sistema de Abastecimento de água da costa norte na ordem de R\$ 61,7 milhões;

Pavimentação - pavimentação e qualificação de vias urbanas, na ordem de R\$ 20,1 milhões.

Então, somente Florianópolis, nossa capital, vai receber do governo federal R\$ 459 milhões. É muita coisa, srs. parlamentares.

Espero que o prefeito faça o seu dever de casa, melhorando também a vida de quem mora aqui.

Joinville

Mobilidade urbana - implantação de corredores de transporte público coletivo eixo norte/sul, lado leste, na ordem de R\$ 69,8 milhões;

Implantação de corredores de transporte público coletivo eixo norte/sul, lado oeste, na ordem de R\$ 30,1 milhões;

Esgoto e abastecimento de água - implantação de rede coletora nas bacias 8 e 9 de Joinville, na ordem de R\$ 72,9 milhões;

Implantação da primeira etapa da ampliação da ETE Javarituba, em Joinville, na ordem de R\$ 48,6 milhões, também a estação de tratamento de abastecimento de água dos bairros Cubatão e Pirabeiraba, na ordem de R\$ 22 milhões.

Assim, somente o município de Joinville arrecadou ontem do governo federal R\$ 243 milhões.

Blumenau, meu município, onde resido.

Mobilidade urbana

Implantação do corredor exclusivo dos bairros Fonte, Garcia com ciclovia, abrigos, terminais e equipamentos para controle de tráfego e de operações, recebeu do governo federal de R\$ 61,8 milhões;

Pavimentação

Na área de pavimentação Blumenau também foi contemplada para pavimentação e qualificação de vias urbanas na ordem de R\$ 12,9 milhões.

Assim, Blumenau recebeu na ordem de R\$ 74 milhões.

São José, R\$ 6 milhões; Itajaí, R\$ 3,4 milhões; Balneário Camboriú, R\$ 40,7 milhões; Brusque, R\$ 50 milhões; Camboriú, R\$ 16,9 milhões

e de Rio do Sul, R\$8 milhões; Navegantes, R\$ 21,8 milhões; Içara, R\$ 32,2 milhões; Biguaçu, R\$ 11,5 milhões; Gaspar, R\$ 26,2 milhões; Indaial, R\$ 36,2 milhões; Timbó, R\$ 21,5 milhões; Fraiburgo, R\$ 4,8 milhões; Porto União, R\$ 3 milhões e Xaxim, R\$ 6 milhões.

Esses foram, somente para o estado de Santa Catarina, os recursos que a presidenta Dilma liberou para essas prefeituras poderem dar continuidade à segunda etapa do programa de aceleração e crescimento.

Esperamos que os novos prefeitos, agora, façam o dever de casa para que possam acessar ao Programa de Aceleração e Crescimento. E amanhã vai estar, em Blumenau, o coordenador nacional do PAC-2 para a orientação desses prefeitos e prefeitas, a fim de que possam acessar a esses recursos que são bem-vindos para todos. O governador do estado também esteve lá, e o governo do estado recebeu grandes recursos que serão implementados neste estado.

Outro tema que me faz assomar à tribuna é o dia 8 de março, Dia das Mulheres. Há poucos dias li uma revista de circulação nacional que traz a foto de uma mulher pela comemoração da Semana da Mulher. E não sei se é para comemorar, mas pode ser, por um lado, por causa dos avanços que tivemos nos últimos tempos para a emancipação das mulheres, porém, temos muito ainda a questionar, a lutar. Somente nessa revista de circulação nacional diz: "Mulheres agredidas. A organização das Nações Unidas destaca e faz o alerta de que em todo mundo sete em cada dez mulheres serão vítimas de agressões ao longo da vida".

O Brasil, apesar das nossas leis serem avançadas, é um dos países com maior índice de violência. Isso porque o presidente Lula instituiu a Lei Maria da Penha, fez a secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, o disque-denúncia, mas ainda muitas mulheres são agredidas no Brasil. Somente na última década 43,7 mil mulheres foram assassinadas neste país. E os dados de Santa Catarina também são alarmantes.

E neste dia 8 de março comemoramos as vitórias que tivemos durante longos anos, da liberdade para escolher os nossos parceiros, da liberdade para podermos trabalhar e estudar, da liberdade de votar e ser votada. Mas temos que combater ainda esses ataques que têm vitimado mulheres no nosso país e em Santa Catarina.

É lamentável ainda que meninas brasileiras de quatro, dez, doze anos sofram violência sexual; é lamentável que muitas mulheres sejam estupradas em Santa Catarina, sejam mortas, agredidas neste estado. Então, no dia 8 de março vamos reverenciar as conquistas, mas lamentar os atrasos que existem neste estado, no que se refere à defesa das mulheres.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também quer cumprimentar, em nome de v.exa. e das deputadas Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt e Angela Albino, todas as mulheres de Santa Catarina e do Brasil pela passagem do seu dia, amanhã, dia 8 de março.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0068/2013, 0069/2013, 0070/2013, 0071/2013, 0072/2013 e 0073/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0120/2013, 0121/2013 e 0122/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0123/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Também, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 14ª Sessão Ordinária de 12/03/2013:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2012, de origem governamental;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s 0017/2013 e 0397/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do deputado Carlos Chiadini;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; e

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0376/2012, da bancada do PMDB.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, volto à tribuna porque o que nos resta neste Parlamento é falar. E, aqui, estamos representado milhares de homens e mulheres.

No horário do meu partido, o PT, falei sobre um tema muito importante que diz respeito às mulheres, porque não consegui concluir no horário do meu partido.

Então, para melhorar o mundo precisamos melhorar o mundo das mulheres, detentoras da vida, da educação, do respeito. E o que as mulheres querem não é nada mais, srs. parlamentares, do que respeito, do que cuidar, porque as mulheres pensam primeiramente em toda família e depois pensam nelas. Isso é com todas as mulheres. Pensam na criação dos filhos, no bem-estar do marido, nos parentes agregados, em suas mães, tias e avós, pensam na coletividade, e o que ela quer é o respeito para ela.

Alguns homens dizem geralmente que está estressada, braba, mas é que na cabeça de uma

mulher passa tanta coisa que às vezes ela sai de seu sério, mas é uma forma de manifestação carinhosa, porque dentro da cabeça dela, deputado Maurício Eskudlark, está o mundo que ela quer proteger e que muitas vezes é o mundo da sua família.

Por isso, o governo do estado de Santa Catarina, se mudar essa realidade dando atenção principalmente a essas mulheres que são vítimas de violência, muita coisa mudará. A segurança será melhor, o cuidado dos filhos será melhor, e a mulher será respeitada.

E a revista *Isto É*, que mencionei antes, de circulação nacional, traz um tema sobre isso, quando Ban Ki-Moon disse, numa reunião da Organização das Nações Unidas - ONU, que está virando uma pandemia a violência contra as mulheres.

Dizia uma menina e hoje com 45 anos que teve a coragem de hoje falar sobre sua história.

Dizia ela:

Eu tinha quatro anos quando comecei a cozinhar para os seis irmãos. Eu precisava subir num caixote para mexer no fogão à lenha, e dividia o espaço num pequeno cômodo com uma cama e um berço.

Toda a tarefa da casa era feita por mim, com quatro anos de idade. E eu tinha que fazer tudo com muito cuidado porque meu pai trabalhava de madrugada e eu não podia fazer barulho. Se eu fizesse barulho, o meu pai me espancava. Então, fazia tudo com o máximo de cuidado, porque qualquer ruído poderia interromper o sono de meu pai. E meu pai não entendia que eu tinha quatro anos e eu tinha que fazer a comida para os meus seis irmãos, enquanto ele dormia, porque ele trabalhava de madrugada.

Eu morria de medo. E se ele acordasse, vinha atrás de mim. Afirma ela hoje com 45 anos. Sofreu uma década de abusos quase diários. Guardou as duras memórias neste período até o ano passado, quando decidiu revelar a sua história de família.

Uma de suas filhas também foi vítima de estupro por parte de um primo de 15 anos.

Parece que a coisa continua como um ciclo, pois quando a mulher é vítima, também seus filhos podem ser vítimas. Ela não entende. Isso é um ciclo.

Por isso, esse debate, essa mulher, não está errada. Ela concluiu isso. Ela sofreu, a filha dela sofreu, e nós temos que romper com esse ciclo para que não aconteça mais esse tipo de violência.

Essa é uma mensagem de suporte de protestos contra a violência de gênero que aconteceu no último dia 14 de fevereiro. E mais de 200 países, numa campanha que ficou conhecida como um bilhão que se ergue, um bilhão de homens e mulheres, não querem mais esse tipo de violência.

Dizia Ban Ki-Moon: está virando uma pandemia o nosso planeta, mulheres vítima de violência, mulheres agredidas. Isso tem que acabar de uma vez por todas.

Por isso que a nossa voz não pode calar neste Parlamento. Não somente das mulheres, de homens e mulheres que possam vencer o que as mulheres passam de medo, de violência, de vergonha, de humilhação, de dor, de estupro, de discriminação e preconceito e de agressão. É isso que nós queremos. Nós mulheres queremos respeito.

Por isso o slogan deste ano, sr. presidente, lançado pela secretaria de Políticas Públicas para as mulheres para o próximo dia 08 de março reverenciarmos e desvelarmos a importância das mulheres. O slogan é: cada vez mais mulheres conquistam o seu espaço, cada vez mais o Brasil também é feito por mulheres. O objetivo desse slogan feito pela secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, para a campanha do Dia Internacional da Mulher, é para dar visibilidade às conquistas que as mulheres tiveram nesses dez anos do governo do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, mas também buscar novos avanços, principalmente no que tange a questão da violência, da agressão, do estupro, do assassinato, da agressão física, psicológica, patrimonial, contra as mulheres.

O aumento de avanços que tivemos nesse período do governo do presidente Lula e da presidente

Dilma Rousseff diz também que o aumento de mulheres com carteira de trabalho assinada nos últimos dez anos foi de 162%, o que nos possibilitou investirmos em estudos e melhores oportunidades para contribuirmos com a renda da família, que antes era só responsabilidade dos homens.

Com a criação da secretaria de Políticas Públicas para as mulheres foi possível fazer a articulação entre o governo federal, os governos dos estados e também com os movimentos sociais, os movimentos feministas e os ministérios afins, como desenvolvimento social de combate à fome, o ministério da Saúde, da Educação, do Combate à Fome e do Trabalho.

Outro avanço que tivemos nesses dez anos do governo Lula e da presidente Dilma Rousseff foi a sanção pelo presidente Lula da Lei Maria da Penha, que é uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à prevenção e ao enfrentamento com equipamentos sociais para acolher a mulher em situação de violência.

Mas ainda temos a perspectiva de que o pacto de enfrentamento à violência contra a mulher defina atribuições e competências para cada instância de Poder não somente do governo federal, mas o governo do estado de Santa Catarina também tem que fazer a sua parte. Tem que haver delegacias especializadas para atendimento à mulher, tem que haver pessoal qualificado, para quando a mulher for fazer a denúncia ser tratada com carinho e respeito e não com desdém. Precisamos de casas abrigos para as mulheres que sofrem agressões todos os dias, que são vítimas de agressões físicas e psicológicas, e muitas ameaçadas de morte.

O estado de Santa Catarina tem apenas em poucos municípios. Precisamos de centros de referência para atendimento à mulher, e para isso foi criada a coordenadoria, deputada Dirce Heiderscheidt, para fazer a defesa dessas mulheres, para romper, senhoras e senhores, o ciclo da violência que está virando uma pandemia no mundo.

Então, sras. deputadas, srs. parlamentares, temos muito ainda a avançar na proteção da mulher, proteção da criança, proteção do menino e da menina, para não ter essa violência que estamos vivenciando hoje. Temos que mudar o mundo das mulheres para as mulheres mudarem o mundo.

Então, nesse período de dez anos tivemos avanços do governo federal, mas do governo do estado de Santa Catarina nenhum avanço aconteceu, nada foi feito para melhorar. A todo o momento no meu gabinete recebo informações e denúncias de mulheres que não foram atendidas adequadamente. Ora, deputada Dirce Heiderscheidt, a mulher tem que contar o seu problema primeiro na delegacia, onde às vezes é tratada de forma não adequada. Sai da delegacia tem que ir para o IML, onde também perguntam: "O que você fez para apanhar?" Como se isso importasse. Não é assim! É respeito, as mulheres querem respeito.

No dia oito de março comemoramos avanços, mas temos ainda muitas lutas a travar neste Parlamento, no nosso estado, no nosso Brasil, para melhorar as condições de vida das nossas mulheres. Romper definitivamente com o ciclo da violência, romper com essa pandemia que está acontecendo no nosso planeta. Queremos uma sociedade em paz, uma sociedade igual, onde homens e mulheres tenham respeito, direitos e deveres iguais. É por isso que clamo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Maurício Eskdlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, só para corroborar e contestar um pouco as declarações da minha colega deputada Ana Paula Lima, porque para v.exa. parece que só tem violência contra a mulher em Santa Catarina, e que inclusive é culpa do governo, quero dizer que este governo, assim como os últimos governos, investiram muito na proteção da mulher, na proteção da sociedade.

Criamos as delegacias de proteção à mulher, para o idoso, para a criança e adolescente em todas as regionais do estado de Santa Catarina, com todas as dificuldades existentes. Então, o governo tem investido, e temos que continuar combatendo.

A violência contra a mulher é um mal grave, muito violento, é um mal contra a sociedade, porque a violência familiar, violência contra a mulher, não atinge só a mulher, atinge os seus filhos, atinge a família, atinge a sociedade como um todo. Muito mais forte do que a violência física praticada é a violência psicológica, a violência que vai abalar a família pelo resto da vida.

Nós temos casos, e eu acompanhei muito nos meus 31 anos de atividade policial, de pessoas que praticaram delitos e que 15 anos, 20 anos depois, fazendo estudos, os psicólogos das delegacias, pessoas que analisam isso, muitas vezes constatarão relação com alguma violência sofrida ou presenciada pela pessoa que cometeu o delito.

Então, o combate à violência contra a mulher, contra o idoso, contra a criança deve ser implementado em todas as suas formas.

E todos os órgãos governamentais têm que fazer esse trabalho. Somente foi possível implantar, por exemplo, as delegacias de proteção à mulher no estado de Santa Catarina devido à colaboração, principalmente, dos municípios, do governo federal, sendo destinados recursos também para a implantação e aquisição de equipamentos para essas delegacias.

É importante que quando se fosse criar uma delegacia de proteção à mulher que a Polícia Civil dispusesse de psicólogos em número suficiente, que são poucos. Para isso, seria preciso procurar um município, a fim de se fazer um convênio com o mesmo, ou o município cederia um psicólogo, um assistente social e a Polícia entrariam efetivamente com os seus agentes para fazer o trabalho de proteção e o trabalho policial. Mas Santa Catarina tem investido muito nisso, pois é um problema nacional, é um problema mundial, e a

lei Maria da Penha veio aumentar essa proteção, dar maior garantia.

Há ainda o aspecto psicológico que interfere muito nisso. Mais de 80% dos registros feitos pelas mulheres agredidas são depois retirados na delegacia. Algumas vezes porque há uma reconciliação, há um trabalho familiar, há um trabalho com os maridos, mas a grande maioria, entendo, por medo, pela mulher achar que não há alternativa, acaba voltando a conviver com o agressor. E quando a agressão é sistemática, acaba se transformando numa violência definitiva e até em um homicídio.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, ousou dizer que esse é um problema cultural da nossa humanidade! Achar que o homem pode tudo! Não pode tudo! É um problema de educação, de cultura.

Mas quero trabalhar junto com v.exa., deputado Maurício Eskudlark. Nas delegacias se avançou muito pouco. As delegacias de proteção à mulher são híbridas, não são somente de proteção à mulher. E como v.exa. frisou, falta profissionais nessa área. Precisamos melhorar! Se o problema é esse, vamos atacá-lo na sua origem!

Quando digo que é cultural, não é somente a questão para chegar à delegacia, temos que trabalhar antes, na prevenção, na política pública! Estou dizendo isso para que se não chegue a esse ponto da agressão. A mulher não precisa disso.

Nós estamos trabalhando, somos em 51% da população, as universidades hoje estão com mais mulheres, enfim, estamos no mercado de trabalho. Quando a mulher despertar o poder que tem, quando ela disser que não é objeto de uso, vamos melhorar significativamente o mundo. Não somente das mulheres, mas de todos, de homens e mulheres, pois queremos a cultura da paz. Mas é preciso, deputado, v.exa. que trabalha na área da segurança, que faz um trabalho respeitoso, que avancemos mais em Santa Catarina.

Muito obrigada, deputado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputada Ana Paula Lima, e comungo integralmente com v.exa., que é uma das defensoras desse trabalho na Assembleia. É difícil a semana que v.exa. não faça um pronunciamento em defesa dos direitos da mulher, e amanhã é um dia para repensar esse assunto. Todos os dias é dia das mulheres, mas amanhã realmente é um dia para se repensar, para se investir mais nesse trabalho, para que todos se preocupem, principalmente, como disse a deputada, com a questão cultural, de formação.

Acho que já evoluímos um pouco, mas ainda é muito grande o número de crimes, de agressões, de violência contra a mulher e contra a família.

Então, esse é um trabalho que precisa ser feito, através das escolas, da célula mater da sociedade que é a própria família e os governos também têm que investir. O governo de Santa Catarina tem investido e os governos devem apoiar essas iniciativas.

Então, fica o nosso registro e as nossas congratulações a todas as mulheres! Que Deus as abençoe e que todos se conscientizem da importância da paz, da harmonia familiar e do fim da violência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mais uma vez os cumprimentos desta Casa a todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, amanhã, dia 08 de março.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.